



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8949 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

CURRÍCULO BAHIA E GOVERNAMENTALIDADE: O TOM PERFORMÁTICO DE UMA POLÍTICA

João Paulo Lopes dos Santos - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ

CURRÍCULO BAHIA E GOVERNAMENTALIDADE: O TOM PERFORMÁTICO [1] DE UMA POLÍTICA

Resumo: Este texto busca debater a política do Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB/Currículo Bahia como performática e como mecanismo de governamentalidade neoliberal. Para nortear as reflexões, parto do seguinte questionamento: que formato de currículo está sendo reivindicado pela política do DCRB/Currículo Bahia? Como essa política possivelmente opera no campo político-educativo? Como possibilidade metodológica, recorro à abordagem Pós-estrutural do pensamento *foucaultiano* para operar com a noção de governamentalidade, bem como a compreensão de performatividade em Ball. O estudo aponta que o DCRB/ Currículo Bahia defende uma qualidade de educação baseada em conhecimentos universais. Ele atua também na (re)organização dos currículos e demais textos escolares com objetivo óbvios de conduzir condutas, bem como incitar alunos/as a serem competentes e autorresponsáveis. Desse modo, tal Documento se configura como política performática a serviço da governamentalidade neoliberal.

Palavras-chave: DCRB/Currículo Bahia. Governamentalidade. Performatividade.

Introdução

Este texto aborda a política do Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB/Currículo Bahia como performática e como instrumento de governamentalidade neoliberal.

Como fruto de disputas por significação no campo curricular, tal política tenta materializar uma suposta “qualidade da educação” mediante a instituição de conhecimentos essencializados. Nessa esteira pergunto: que formato de currículo está sendo reivindicado pela política do DCRB/Currículo Bahia? Como ela possivelmente opera no campo político-educativo?

Para pensar tais questões, recorro à abordagem Pós-estrutural da epistemologia *foucaultiana* para mobilizar a noção de governamentalidade, bem como o entendimento de performatividade em Ball.

As reflexões apontaram que o DCRB/Currículo Bahia, ao reiterar a reivindicação de uma educação de qualidade, já defendida pela BNCC, busca estabelecer os conhecimentos essenciais os quais, presumivelmente, garantiriam tal qualidade, bem como o acesso ao mundo do trabalho. O Documento, ao tentar ditar normas para as (re)formulações dos

currículos e demais textos escolares, atua como ferramenta da governamentalidade neoliberal no intuito de conduzir condutas. Nesse sentido, ao estimular alunos/as a maximizarem seus desempenhos, orientando-os/as a serem competentes e autorresponsáveis, o DCRB/Currículo Bahia age performaticamente.

Itinerário histórico da elaboração do DCRB/Currículo Bahia

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC em dezembro de 2017, através da Resolução CNE/CP N° 2, que estabelece o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, Estados e o Distrito Federal se mobilizaram para (re)elaborar os seus currículos. Nesse caminho, o DCRB/Currículo Bahia foi produzido com base nas orientações normativas da BNCC, e reforçado pela Resolução CEE N° 137 de 17 de dezembro de 2019 que, em seu Art. 1º, fixa normas de regulamentação da implantação da Base nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, nas redes de ensino do Estado da Bahia. E reitera, em seu Art. 2º, que a BNCC é referência obrigatória para a construção ou revisão dos seus currículos (BAHIA, 2019a).

Conforme o DCRB/Currículo Bahia, no decorrer do ano de 2018 foram realizadas escutas e coletivos de estruturação do Documento com a participação de agentes escolares, sociedade civil, representantes do governo e demais interlocutores.

Nesse íterim, a primeira versão do Documento foi elaborada e sustentada pela parceria entre Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC/BA e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. Para esse processo, segundo o Documento, foi crucial a articulação dos 27 Territórios de Identidade [2] e a colaboração das comunidades educativas durante a realização Inspiracional [3].

Após consultas públicas, foi apresentada a segunda versão do Documento, contendo, “contribuições significativas [...] que contextualizam as singularidades e pluralidades do território baiano” (BAHIA, 2020, p. 19).

Posteriormente, a Comissão Especial do Conselho Pleno examinou o DCRB/Currículo Bahia e elaborou o Parecer N° 196/2019, aprovando a terceira e última versão. Doravante, o Documento, “considerando a necessidade de avanço da Bahia nas etapas de implementação da BNCC” (BAHIA, 2019b, [on-line]), constitui-se como instrumento norteador, em caráter de adesão, para a (re)elaboração dos currículos das redes pública e privada do Estado da Bahia.

O DCRB/Currículo Bahia enquanto política performática e instrumento de governança

Na linha de produção de políticas para a educação pública, agentes públicos e privados têm estabelecido embates na tentativa de hegemonizar certo sentido de currículo. Tais disputas se fizeram presentes, por exemplo, no processo de elaboração e aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), e da própria BNCC; políticas que sofreram influências de movimentos como o Escola Sem Partido [4], grupos empresariais, fundações, organismos multilaterais, etc., os quais demandam por currículos uniformes.

A partir da BNCC, mais recentemente, novos paradigmas das políticas públicas de educação produziram outros modos de socialização e instilação de valores e sensibilidades nos textos educacionais, agora na esfera micro. Tal reflexão pode ser muito bem exemplificada pelo DCRB/Currículo Bahia. Esse é um Documento que se fundamenta nas orientações normativas da BNCC e fixa normas de regulamentação da implantação da Base na educação básica.

Dessa forma, pergunto: que formato de currículo está sendo reivindicado pela política

do DCRB/Currículo Bahia? Como ela possivelmente opera no campo político-educativo? Para tanto, argumento que, ao tomar como parâmetro as normativas constantes na Base, o DCRB/Currículo Bahia surge como um conjunto de conhecimentos universalizados para se fazer algo e garantir a qualidade da educação. Assim, ele “vai ao encontro das necessidades e demandas do mundo do trabalho, da produção, das culturas, das diversas existencialidades e da configuração sociotécnica da contemporaneidade” (BAHIA, 2020, p. 35). Argumento ainda que o DCRB/Currículo Bahia é uma política performática que, presumivelmente, opera para servir à racionalidade neoliberal no sentido de materializar um currículo neoliberal, calculado na forma de mercado com vistas ao empreendimento e às formas de organização das condições de governabilidade.

Nessa esteira, como possibilidade metodológica, invisto na abordagem Pós-estrutural da epistemologia *foucaultiana* para operar com a noção de governamentalidade, bem como o entendimento de performatividade em Ball.

A despeito da qualidade da educação, ela aparece como algo a ser demarcada pelo DCRB/Currículo Bahia como garantia de aprendizagem e justiça social. Essa qualidade seria o fator potencializador do desenvolvimento dos/as estudantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Para Macedo (2009), o significado de qualidade da educação é que estrutura os discursos pedagógicos no intuito de justificar a indispensabilidade de reformas curriculares.

A qualidade da educação, portanto, parece ser o que se espera de um conjunto de conhecimentos essencializados, tidos como legítimos, verdadeiros. Sob esse ponto de vista, o currículo torna-se (re)produtor de conhecimento que, conectado à ciência e à tecnologia, opera (en)formando os sujeitos, transformando-os em capital humano – *homo economicus* – via capital cultural compartilhado, para assim atuarem no mundo econômico. Essa é a educação de qualidade que é reivindicada pela política do DCRB/Currículo Bahia que, não obstante, é financiada por empresas e organizações privadas como: Fundação Lemann, Institutos Inspirare, Tellus e Unibanco, Fundação Getúlio Vargas, etc.

Para Ball (2014), essas corporações são canais locais de uma grande rede internacional para a difusão de conhecimento – “neoliberalismo tamanho único”. Elas influenciam as políticas por meio de discursos, ideias e normas. Ao que tudo indica, há um movimento de conversão do indivíduo em empresa, “em uma unidade produtiva de automaximização que opera em um mercado de desempenhos” (BALL, 2014, p. 67), engajado em adquirir a relevância estabelecida pelo mercado (BALL, 2014). Para o autor, o indivíduo empreendedor de si é produzido nos interstícios da performatividade mediante técnicas de avaliação, autorrevisões, qualidade, etc.

É por isso mesmo que o DCRB/Currículo Bahia é uma política performática. Ela age reorientando os currículos, as práticas pedagógicas, os planos, projetos escolares, etc., suscetíveis a produzirem resultados e desempenhos satisfatórios. Atua, de igual modo, estimulando os indivíduos a serem competentes – formação pelas competências – e a se responsabilizarem pelo seu sucesso ou não. Isso significa que, quando agimos performaticamente, quando nos responsabilizamos por “trabalhar duro, mais rápido e melhor, assim ‘melhoramos’ nossa ‘produção’ como parte de nossa autovalorização e valorização dos outros” (BALL, 2014, p. 66).

A performatividade intrínseca à política educacional baiana, de fato, é a forma por excelência de governamentalidade neoliberal, “que abrange a subjetividade, as práticas institucionais, a economia e o governo” (BALL, 2014, p. 66).

A governamentalidade [5], nessa nova ordem, se caracteriza pela intersecção de

dispositivos de dominação empreendidos sobre os outros e sobre as tecnologias de si (FOUCAULT, 2011), e intenta produzir uma racionalidade do governado, cuja não é produto de eventualidades, mas produto de motivações e provocações pela e para a obediência a partir de um regime de verdade em circulação constante.

Dito de outra forma, a governamentalidade atua nos bastidores das articulações políticas sobre as políticas públicas de educação, e trabalha para que estas funcionem como ferramentas estratégicas da governamentalidade neoliberal, cuja “opera por meio do isolamento de grupos e indivíduos responsáveis da sua transformação em empreendedores; [...] e da implantação local de normas de conduta.” (BROWN, 2018, p. 17). “É o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 310).

Ao fim e ao cabo, o DCRB/Currículo Bahia se configura como instrumento de governamentalidade neoliberal, de condução de condutas, de governo de si e dos outros, cujo não intervêm diretamente na economia, mas elabora táticas de condições sociais que têm implicações no âmbito econômico. Os processos econômicos, assim como afirma Foucault (2008a) não podem ser comprometidos pelos dispositivos sociais, os quais devem ser limitados com fins da não interferência, de modo direto, na economia, mas em proveito dela.

Considerações

O movimento de reestruturação das políticas educacionais iniciado na década de 1990, na América Latina, tem produzido novas formas de socialização, impactando assim os currículos escolares. Tal movimento vem sendo articulado a partir de demandas de agentes públicos e privados os quais tentam fixar certo sentido de currículo.

Nesse ínterim, o significante “qualidade da educação” surge como balizador de novas propostas curriculares atravessadas por princípios econômicos intrínsecos à racionalidade neoliberal. O DCRB/Currículo Bahia, por isso mesmo, é exemplo de uma dessas propostas. Ele foi construído para garantir a qualidade da educação das redes pública e privada, e assim assegurar o acesso aos conhecimentos – para se fazer algo – necessários ao mundo do trabalho. Trata-se de uma política performativa que atua estimulando os/as discentes a terem desempenho máximo, a serem competentes e autorresponsáveis. Atua, de modo igual, na (re)organização dos currículos e demais textos escolares, tornando-os ferramentas de governança, de condução de condutas, de si e das populações. Pode-se dizer que, por essa razão, o DCRB/Currículo Bahia desponta como mecanismo a serviço da governamentalidade neoliberal.

Referências

BAHIA. Resolução CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 21 de dezembro de 2019a - Ano CIV - N.º 22. 810.

BAHIA. Secretaria da Educação. Conselho de Educação. **Documento Curricular Referencial da Bahia é aprovado pelo Conselho Estadual de Educação**. Salvador, ago. 2019b.

BAHIA. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental (v. 1)** / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Dinamarca: Zazie Eduções, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France: 1978 - 1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France: 1979 – 1980: excertos. 2ª Edição Ampliada. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos pcn. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 87-109, jan./abr., 2009.

_____. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educ. Soc.** Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr./jun., 2017.

[1] O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ.

[2] Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2020).

[3] Resultado da colaboração dos Institutos Inspirare, Tellus e Unibanco.

[4] Segundo Macedo (2017, p. 509), este é um movimento que chama a atenção para os princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular.

[5] A governamentalidade pode ser compreendida como um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.